



**6ª COMISSÃO PERMANENTE  
DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA  
E  
8ª COMISSÃO PERMANENTE  
MOBILIDADE E SEGURANÇA**

**Relatório sobre a**  
*Petição n.º 15/2016 - Venda de Droga na Av. Almirante Reis*

## **I NOTA INTRODUTÓRIA**

Deu entrada nesta Assembleia a Petição n.º 15/2016 – “Venda de droga na Avenida Almirante Reis”, subscrita por 260 peticionários. Considerando o teor da mesma, a Presidente, Helena Roseta, por despacho de 13 de Outubro de 2016, determinou o seu encaminhamento para a 3.ª e 6.ª Comissões Permanentes – Ordenamento do Território, Urbanismo e Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local e Direitos Sociais e Cidadania, respetivamente – a fim de ser apreciada.

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 85º do Regimento da Assembleia Municipal a presente petição será posteriormente apreciada em plenário.

### **I) A PETIÇÃO**

1. Procedeu a Comissão à Audição das seguintes entidades:

Exma. Sra. Presidente da Freguesia de Arroios

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Exmo. Sr. Comandante Polícia de Segurança Pública

Exmo. Sr. Comandante da Polícia Municipal de Lisboa

Exmo. Sr. Comandante da 1ª Divisão da Polícia de Segurança Pública

2. É o seguinte o texto que acompanha a presente Petição:

“Nós, abaixo-assinados (as) vimos publicamente chamar atenção para o problema da venda de droga todos os dias efetuado principalmente entre o n.º 13 e 23 da Avenida Almirante Reis e seu consumo em local público à vista de toda a gente.

Após várias tentativas e chamadas para a PSP da Rua da Palma até agora nada surtiu efeito para acabar com esta situação.

Chamamos a atenção que nesta zona muito movimentada por turistas, crianças e adultos e moradores estamos cansados de enfrentar esta situação diariamente.”

### **II) ANÁLISE DA PETIÇÃO**

No dia 9 de Novembro de 2016 as referidas Comissões reuniram para a audição dos subscritores, tendo comparecido na reunião o primeiro subscritor Carlos Alberto Ventura. Foram expostas as preocupações dos Peticionários, nomeadamente pela recorrente venda e consumo de droga na zona da Avenida Almirante Reis, que além da ilegalidade do ato em si, é também motivo de insegurança. Afirmaram ainda que repetidas vezes se encontram indivíduos a consumir na rua e até nos átrios e escadas dos prédios, causando alarme entre a população, que se sente insegura e não

encontra soluções para o problema junto das entidades competentes. Na opinião dos Peticionários, existem, também, alguns cafés e bares na zona que servem de local para o tráfico.

A Presidente da Junta de Freguesia de Arroios durante a sua Audição, manifestou a sua solidariedade com os Peticionários, confirmando que a situação é do conhecimento da Junta de Freguesia e que a mesma tem pressionado tanto a Polícia de Segurança Pública (PSP) como a Polícia Municipal (PM) para uma intervenção regular no local, que permita evitar estas situações de insegurança.

Posteriormente, a 26 de Janeiro, as Comissões reuniram para a Audição do Comandante da Polícia Municipal, Superintendente Paulo Caldas, assim como do Intendente Luís Moreira, Chefe de Área Operacional do COMETLIS, da Polícia de Segurança Pública.

O Comandante Paulo Caldas informou as Comissões que a sua unidade tem presentes em permanência nesta área 2 agentes, mas que a Polícia Municipal, legalmente, não pode atuar no âmbito do combate à droga, exceto em caso de flagrante delito. No entanto, sublinhou que este tipo de atuação tem de ser transversal a todas as entidades, Polícia, Câmara Municipal, Ministério da Saúde, Associações locais, assim como tem de ser uma ação coordenada.

Por sua vez, o Intendente Luis Moreira, além de manifestar a sua preocupação com a diminuição do efetivo policial na cidade de Lisboa, afirmou ainda que o problema não é exclusivamente policial, uma vez que a sociedade tem vindo a caminhar no sentido da despenalização do consumo.

Sublinhou, para o efeito que, no momento da apreensão, se a quantidade de droga for reduzida, dita "para consumo", legalmente não podem prender o portador. A PSP tem não obstante, vindo a trabalhar para reduzir a criminalidade e melhorar a qualidade de vida e a segurança das pessoas, sobretudo dos moradores.

Esclareceu ainda que foram feitas 39 operações em 2015, tendo resultado 51 detidos e 31 operações em 2016, com 45 detidos.

Só no ano de 2015, foram apreendidas 32 mil doses de cocaína.

### **III) OPINIÃO DO RELATOR**

A presente petição vem alertar esta Assembleia para o consumo e venda de droga na Av. Almirante Reis, nomeadamente junto à Rua dos Anjos. A situação não é nova, e como se comprovou nas Audições realizadas, as várias entidades, quer Junta de

Freguesia, quer Polícias, têm conhecimento da situação e estão a trabalhar no sentido da sua resolução.

Não podemos esquecer que esta área foi alvo de uma grande intervenção no último mandato autárquico e que, inclusive, o Presidente da Câmara Municipal chegou a ter ali instalado o seu Gabinete. Nessa altura e no âmbito de vários programas, foi realizada uma intervenção não só urbanística, como social que não deve ser interrompida.

Importa agora dar continuidade ao trabalho desenvolvido e não deixar que a droga volte a ser um problema neste local. Se no passado foi possível resolver o problema, então, certamente, a sua resolução está ao alcance dessas entidades.

#### **IV) OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS**

##### **Opinião do Grupo Municipal PAN**

O PAN não pode votar favoravelmente este relatório, tendo manifestado a sua discordância em relação à segunda alínea das recomendações. Não tendo sido facultada a esta comissão os resultados da instalação das câmaras de videovigilância do Bairro Alto, desconhecemos se os benefícios da introdução das câmaras no panorama da criminalidade da cidade equilibram de alguma forma os malefícios decorrentes das questões relacionadas com a privacidade. Assim sendo, não nos parece que exista até esta data qualquer justificação para introduzir câmaras de forma sistemática pela cidade.

##### **Nota adicional do Presidente da 6.ª Comissão:**

Relativamente ao ponto n.º 2) das Recomendações à Câmara Municipal de Lisboa acima descritas, verifica conveniente o Presidente da Comissão de Direitos Sociais e Cidadania, aclarar a sua posição pessoal, como segue:

- i a instalação de sistemas de videovigilância em espaço público aberto, tem suscitado as maiores e mais drásticas reservas por parte da Comissão Nacional de Protecção de Dados, por representar ou potenciar devassa da vida privada de moradores e transeuntes;
- ii por outro lado não se mostra uma devida contrapartida na prevenção do crime de tráfico, visto que a própria Autoridade Policial sublinha na respectiva Audição que parte relevante das transacções respeitam a reduzidas quantidades de droga, do tipo *para consumo*, cuja detenção não é ilegal;

- iii A conjugação do que é recomendado em 1) e 3), tão logo se concretize e se mantenha, aparece como provavelmente necessária, suficiente e essencial para reduzir ou mesmo afastar da área o tráfico que actualmente se verifica e que tanto preocupa, aliás com muitíssima razão, os Peticionários.

Os restantes Grupos Municipais e Deputados independentes reservam a sua opinião para a apreciação em Plenário.

## **V) CONCLUSÕES**

Como mostra o Relatório Europeu sobre Drogas 2016, as ações de combate ao consumo de droga devem abarcar um conjunto alargado e complexo de questões. Nomeadamente, como foi abordado durante a audição da PSP, deve ser uma ação coordenada entre as várias entidades que estão no terreno, implicando não só a intervenção resolutiva, mas também, a prevenção.

Apesar de Lisboa continuar a ser uma cidade segura, sem problemas de crime violento, ou de insegurança generalizada, importa atender ao problema manifestado pelos Peticionários. Uma intervenção sem mais demoras evitará, com toda a certeza, que o problema se alastre e será importante para devolver aquela zona da cidade a tranquilidade, segurança e qualidade de vida que todos os lisboetas merecem.

## **VI) RECOMENDAÇÕES**

Os peticionários apresentaram um problema que já é do conhecimento das várias entidades que atuam no terreno, mas carece agora de uma intervenção coordenada e integrada, que vise a resolução imediata do problema e a prevenção do seu eventual reaparecimento.

Assim, a 6.ª e 8.ª Comissões Permanentes Municipais propõem ao Plenário que aprove as seguintes recomendações à Câmara Municipal:

- 1) Que seja criada uma Equipa de Coordenação entre todos os parceiros locais, que envolva a Câmara Municipal de Lisboa, Junta de Freguesia de Arroios, Polícia Municipal, Polícia de Segurança Pública, Ministério da Saúde e outros.

- 2) Que sejam instaladas, a curto prazo, câmaras de videovigilância no eixo Avenida Almirante Reis e ruas adjacentes.
- 3) Que exerça o seu magistério de influência junto da Polícia de Segurança Pública para que seja reforçado o policiamento nas zonas situadas entre a Avenida Almirante Reis, Largo do Intendente e Rua dos Anjos.

O presente relatório foi aprovado por Maioria com a Abstenção do PSD, PAN, PEV e PCP.

Lisboa, 10 de Março de 2017

O Deputado Relator

---

Miguel Gama

O Presidente da  
8ª Comissão

---

José Leitão

O Presidente da  
6ª Comissão



---

João Magalhães Pereira